



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça

para os devidos fins.

Em 17 / 02 / 11

Elvarg

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

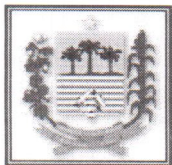
Stefano

para relatar.

Em 17 / 02 / 11

[Assinatura]

Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO NEIVA

PROCESSO : AL – 345/1
PROJETO DE LEI Nº 017/2010
AUTOR: **DEPUTADO MARDEN MENESES**
RELATOR: **DEPUTADO GUSTAVO NEIVA**

I- DO RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos dos arts. 59 a 63 combinados com o art. 139 todos do Regimento Interno, apresentamos parecer ao Projeto de Lei nº 17/2010 **que assegura ao estudante regularmente matriculado na rede publica estadual e ensino o registro gratuito no órgão competente de identificação civil.**

Trata-se de projeto de lei arquivado que conforme o requerimento do Dep. Marden Meneses, requer a o desarquivamento do proposição comento.

Sendo o que interessa relatar, eis, em síntese, o Relatório.

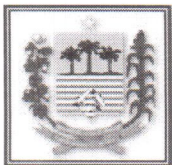
I – DO VOTO DO RELATOR

Com guarida nos termos do Parágrafo único do Art. 102 do Regimento Interno, goza a presente proposição, pela inteligência do dispositivo retro, de amparo constitucional para a normal tramitação. Senão vejamos:

Art. 102. Finda a legislatura, serão arquivadas as proposições que estejam ainda em tramitação, salvo:

.....
Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do autor ou autores, na sessão legislativa da legislatura seguinte.

GN



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO NEIVA

No que tange à Constitucionalidade da matéria em discussão está inclusa no processo legislativo constante do Art. 73, III, da Constituição Estadual e art. 96, I, "b", do Regimento Interno.

Vislumbra-se a Constitucionalidade formal da proposição em análise, no quesito de iniciativa, o preceituado nos termos do art. 75 *caput* da Constituição Estadual.

No sentido da constitucionalidade do Projeto de Lei em discussão, importante destacar o que preceitua a Constituição do Estado do Piauí, ***Litteris***:

Art. 8º É gratuita, para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, além dos atos previstos no art. 5º LXXV, da Constituição Federal, a expedição de cédula de identidade.

Com referência à técnica legislativa, a ementa não atende a exigência da Lei 5.861/09, vez que o art. 12, XXIII, determina:

Art. 12. Os textos dos projetos de ato normativo observarão as seguinte regras:

.....
XXIII – a ementa, grafada em itálico, deve ter oito centímetros de largura e iniciar-se com letra maiúscula, observado o alinhamento à direita e justificado.

Neste sentido, deve-se retirar o negrito da ementa, no que esta relatoria indica no sentido desta correção.

Pela análise e sintonia com os Princípios Constitucionais, pela legalidade e boa técnica legislativa, com a sugestão de correção, somos de parecer favorável a tramitação e aprovação do Projeto de Lei em discussão.

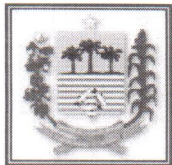
Assim votamos.

III – DO VOTO DA COMISSÃO.

A Comissão de Constituição e Justiça com referência a proposição em discussão, decide:

- () - PELA APROVAÇÃO POR UNANIMIDADE
() - PELA REJEIÇÃO POR UNANIMIDADE

L.N.



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO NEIVA

- () - PELA APROVAÇÃO POR MAIORIA
- () - PELA REJEIÇÃO POR MAIORIA
- () - PELA APROVAÇÃO POR DESEMPATE
- () - PELA REJEIÇÃO POR DESEMPATE

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em 21 de março de 2011.

Gustavo Neiva
DEP. GUSTAVO NEIVA

RELATOR

[Assinatura]

APROVADO A UNANIMIDADE.
em, <u>29 / 03 / 11</u>
Presidente da Comissão de <u>Justiça</u>

Gustavo Neiva
afarpaulleCaru

Juchelly
[Assinatura]